

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Decreto n.º 11/98

de 15 de Abril

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição da República Portuguesa, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único

É aprovado o Acordo entre a República Portuguesa e a Roménia para a Cooperação nos Domínios da Educação, Ciência, Cultura, Desporto, Juventude, Turismo e Comunicação Social, assinado em Bucareste a 16 de Setembro de 1997, cujas versões autênticas nas línguas portuguesa e romena seguem em anexo.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 12 de Fevereiro de 1998. — *António Manuel de Oliveira Guterres — Luís Filipe Marques Amado — Joaquim Augusto Nunes de Pina Moura — Eduardo Carrega Marçal Grilo — Manuel Maria Ferreira Carrilho — José Mariano Rebelo Pires Gago — José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.*

Assinado em 20 de Março de 1998.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 26 de Março de 1998.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres.*

ACORDO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A ROMÉNIA PARA A COOPERAÇÃO NOS DOMÍNIOS DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, CULTURA, DESPORTO, JUVENTUDE, TURISMO E COMUNICAÇÃO SOCIAL.

A República Portuguesa e a Roménia, a seguir designadas por Partes:

Desejando fortalecer os laços históricos e de amizade que unem ambos os países;

Tendo em consideração a origem latina e as afinidades linguísticas dos dois povos e exprimindo o desejo de desenvolver a cooperação nos domínios da educação, ciência, cultura, desporto, juventude, turismo e comunicação social;

Confirmando o seu empenho no respeito pelos direitos humanos, nomeadamente os que visam a liberdade de expressão, a democracia e o primado do direito;

decidiram celebrar o presente Acordo, que regula o quadro geral da cooperação nos domínios acima referidos e acordaram o seguinte:

Artigo 1.º

As duas Partes comprometem-se a promover e a desenvolver a cooperação bilateral nos domínios da educação, ciência, cultura, desporto, juventude, turismo e

comunicação social, com base no respeito da soberania nacional e do princípio da não ingerência nos assuntos internos.

As duas Partes facilitarão os contactos e intercâmbios entre instituições e cidadãos dos dois países nos domínios acima mencionados.

Artigo 2.º

As duas Partes favorecerão o desenvolvimento da cooperação entre instituições científicas e de investigação tecnológica dos dois países através:

- a) De visitas recíprocas de cientistas e de investigadores, com fins de estudo e documentação, bem como para comunicações científicas;
- b) Da troca de livros, publicações e outros materiais de informação científica.

Artigo 3.º

As duas Partes apoiarão o desenvolvimento das relações no domínio da educação e do ensino através:

- a) Da promoção da cooperação no domínio da educação entre universidades e outros estabelecimentos de ensino superior;
- b) Da criação de cátedras e leitorados na medida das possibilidades e de acordo com as leis vigentes, em estabelecimentos de ensino superior, para o estudo da língua, da literatura e da civilização portuguesas e romenas, respectivamente;
- c) De visitas recíprocas de professores, a fim de se documentarem e realizarem conferências;
- d) Do envio recíproco de documentação e informação sobre economia, geografia, história, cultura e organização do Estado nos dois países, com vista à redacção dos capítulos dos manuais escolares e de outras publicações referentes ao outro país;
- e) Da troca de publicações da especialidade e outros materiais documentais e de informação nos domínios da educação e do ensino.

Artigo 4.º

Cada uma das Partes colocará à disposição da outra Parte bolsas de estudo, bem como bolsas e estágios de especialização, para a realização de estudos nos domínios a estabelecer por comum acordo, na medida das possibilidades e em conformidade com as leis vigentes. Os beneficiários destas bolsas de estudo ou estágios serão designados pelos serviços competentes de cada um dos países.

Artigo 5.º

As duas Partes estudarão as possibilidades de equivalência recíproca dos títulos, graus e diplomas de ensino e científicos obtidos no território da outra Parte.

Para esse efeito, cada uma das duas Partes porá à disposição da outra Parte a documentação necessária e fará as propostas adequadas.

Artigo 6.º

As duas Partes favorecerão a cooperação no domínio da literatura, do teatro, da música, das artes plásticas, da cinematografia, dos museus e bibliotecas, bem como noutros domínios da actividade cultural e artística através:

- a) De visitas recíprocas de escritores, artistas, cineastas, compositores e outras personalidades ligadas ao mundo da cultura para informação e realização de conferências;
- b) Do intercâmbio de grupos artísticos e de artistas a fim de realizarem concertos e espectáculos;
- c) Da organização recíproca de exposições no domínio da cultura, da ciência e das artes;
- d) Da tradução e publicação de obras literárias e científicas do outro país;
- e) Da participação em festivais internacionais de cinema que se realizem nos dois países;
- f) Do intercâmbio de livros, publicações, filmes e microfilmes de carácter social, cultural, artístico e técnico-científico.

Artigo 7.º

As duas Partes comprometem-se a respeitar as disposições legais no que respeita à preservação e protecção do património nacional e à proibição de exportar objectos de carácter arqueológico, histórico ou artístico sem que exista a necessária autorização.

Artigo 8.º

As duas Partes concederão reciprocamente todas as facilidades para a entrada e saída de peças artísticas e arqueológicas destinadas a exposições culturais organizadas sob a sua responsabilidade, uma vez cumpridas as formalidades relativas à entrada provisória das respectivas peças.

A Parte que recebe a exposição terá a responsabilidade da segurança destas peças, garantindo a sua restituição à Parte que as enviou.

Artigo 9.º

As duas Partes comprometem-se a proteger os direitos de autor de que sejam titulares cidadãos da outra Parte, em conformidade com as disposições legais internas e com as convenções internacionais aplicáveis em cada país.

Artigo 10.º

As duas Partes promoverão uma colaboração activa entre os seus representantes e delegações no quadro da União Europeia, do Conselho da Europa, da UNESCO e de outras organizações culturais internacionais.

Artigo 11.º

As duas Partes apoiarão a cooperação directa entre as agências noticiosas, as instituições de rádio e de televisão dos seus países, bem como a troca de visitas de jornalistas e repórteres.

Artigo 12.º

As duas Partes facilitarão o desenvolvimento de intercâmbios nos domínios do turismo, da juventude e do desporto, através dos seus organismos oficiais.

Artigo 13.º

Para cumprimento dos objectivos do presente Acordo, será criada uma comissão mista, constituída por representantes das duas Partes, que se reunirá de três em três anos, alternadamente em Lisboa e em Bucareste.

A comissão mista examinará periodicamente a aplicação do Acordo, elaborará programas de intercâmbio nos domínios da educação, cultura, ciência e tecnologia e efectuará consultas sobre o cumprimento do mesmo.

Artigo 14.º

Todas as despesas decorrentes da aplicação do presente Acordo e dos programas realizados para a sua aplicação serão asseguradas em conformidade com a legislação em vigor em cada país.

Artigo 15.º

As questões de interpretação e de aplicação do presente Acordo serão resolvidas por via diplomática.

Artigo 16.º

O presente Acordo entrará em vigor na data da última notificação do cumprimento das formalidades constitucionais exigidas para o efeito pela ordem jurídica de cada uma das Partes.

Artigo 17.º

O presente Acordo não poderá prejudicar de qualquer forma os direitos e obrigações resultantes de existentes ou futuros acordos bilaterais ou multilaterais e não produzirá efeitos sobre os direitos e obrigações das Partes derivados da participação em acordos ou tratados internacionais de que possam vir a ser parte.

Artigo 18.º

O presente Acordo é válido por um período de cinco anos, a partir da data da entrada em vigor, e considerar-se-á tacitamente renovado por períodos sucessivos de cinco anos se nenhuma das duas Partes o denunciar, através dos canais diplomáticos, pelo menos 12 meses antes da data em que expira cada período.

A notificação da denúncia do Acordo por uma das Partes não afectará de forma alguma a execução integral dos programas em curso.

Cada uma das Partes poderá requerer por escrito a revisão ou a alteração da totalidade ou parte do presente Acordo.

Qualquer revisão ou alteração acordada pelas duas Partes entrará em vigor na data determinada pelas Partes.

Artigo 19.º

Na data da entrada em vigor do presente Acordo cessará a validade do Acordo de Cooperação Cultural e Científica entre o Governo da República Portuguesa

e o Governo da República Socialista da Roménia, assinado em Bucareste em 6 de Janeiro de 1975.

Feito em Bucareste, aos 16 de Setembro de 1997, em dois exemplares originais em língua portuguesa e em língua romena, ambos os textos fazendo igualmente fé.

Pela República Portuguesa:

José Alberto Rebelo dos Reis Lamego, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

Pela Roménia:

Lazar Comanescu, Secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

ACORD ÎNTRE REPUBLICA PORTUGUEZĂ SI ROMÂNIA PRIVIND COOPERAREA ÎN DOMENIILE ÎNVĂȚĂMÂNTULUI, ȘTIINȚEI, CULTURII, SPORTULUI, TINERETULUI, TURISMULUI SI COMUNICĂRII SOCIALE.

Republica Portugheză si România, numite în continuare «Părți»,

În dorința de a întări legăturile istorice si de prietenie ce unesc ambele țări;

Luând în considerare originea latină si afinitățile lingvistice ale celor două popoare si exprimând dorința de a dezvolta cooperarea în domeniile învățământului, științei, culturii, sportului, tineretului, turismului si comunicării sociale;

Confirmând atașamentul lor la respectarea drepturilor omului, mai ales a celor privitoare la libertatea de exprimare, democrație si suprematia dreptului,

au decis să încheie prezentul Acord care reglementează cadrul general al cooperării în domeniile menționate mai sus si au convenit după cum urmează:

Articolul 1

Cele două Părți se angajează să promoveze si să dezvolte cooperarea bilaterală în domeniile învățământului, științei, culturii, sportului, tineretului, turismului si comunicării sociale, pe baza respectului suveranității naționale si a neamestecului în treburile interne.

Cele două Părți vor facilita contactele si schimburile dintre institutiile si cetățenii celor două țări în domeniile menționate mai sus.

Articolul 2

Cele două Părți vor favoriza dezvoltarea cooperării între institutiile științifice si de cercetare tehnologică ale celor două țări prin:

- a) Vizite reciproce de oameni de știință si cercetători, în scopul efectuării de studii si documentare, precum si pentru comunicări științifice;
- b) Schimb de cărți, publicatii, alte materiale de informare științifică.

Articolul 3

Cele două Părți vor sprijini dezvoltarea relațiilor în domeniul educației si învățământului prin:

- a) Promovarea cooperării în domeniul educației între universități si alte institutii de învățământ superior;

b) Crearea de catedre si lectorate, în măsura posibilităților si cu respectarea legilor în vigoare, în institutii de învățământ superior, pentru studiul limbii, literaturii si civilizației române, respectiv portugheze;

c) Vizite reciproce de profesori, cu scopul de a se documenta si de a realiza conferințe;

d) Trimiterea reciprocă de documentație si informații privind economia, geografia, istoria, cultura si organizarea statului în cele două țări, în vederea redactării capitolelor din manualele școlare si din alte publicatii referitoare la cealaltă țară;

e) Schimb de publicatii de specialitate si alte materiale documentare si de informare în domeniul educației si învățământului.

Articolul 4

Fiecare din cele două Părți va pune la dispoziția celeilalte Părți burse de studii, precum si burse si stagii de specializare, în scopul realizării de studii în domenii ce vor fi stabilite de comun acord, în măsura posibilităților existente si conform legilor în vigoare. Beneficiarii acestor burse de studii sau stagii vor fi desemnati de serviciile competente din fiecare țară.

Articolul 5

Cele două Părți vor studia posibilitățile de echivalare reciprocă a titlurilor, gradelor si diplomelor de învățământ si științifice obținute pe teritoriul celeilalte Părți.

Pentru aceasta, fiecare Parte va pune la dispoziția celeilalte documentația necesară si va face propunerile adecvate.

Articolul 6

Cele două Părți vor favoriza cooperarea în domeniile literaturii, teatrului, muzicii, artelor plastice, cinematograției, muzeelor si bibliotecilor, precum si în celelalte domenii ale activității culturale si artistice, prin:

- a) Vizite reciproce de scriitori, artisti, cineasti, compozitori si alte personalități culturale, pentru informare si realizarea de conferințe;
- b) Schimb de grupuri artistice si artisti, în scopul realizării de concerte si spectacole;
- c) Organizarea reciprocă de expoziții în domeniile culturii, științei si artelor;
- d) Traducerea si publicarea de opere literare si științifice din cealaltă țară;
- e) Participarea la festivalurile internaționale de film care se organizează în cele două țări;
- f) Schimb de cărți, publicatii, filme si microfilme cu caracter social, cultural, artistic si tehnico-științific.

Articolul 7

Cele două Părți se angajează să respecte dispozițiile legale privind conservarea si protecția patrimoniului național si să interzică exportul obiectelor cu caracter arheologic, istoric sau artistic, fără autorizațiile necesare.

Articolul 8

Cele două Părți își vor acorda reciproc toate facilitățile pentru intrarea si iesirea de piese arheologice

si de artă destinate expozițiilor culturale organizate sub responsabilitatea lor, numai în condițiile îndeplinirii formalităților referitoare la intrarea provizorie a obiectelor respective.

Partea primitoare a expoziției răspunde de securitatea acestor obiecte, garantând restituirea lor Părții trimițătoare.

Articolul 9

Cele două Părți se angajează să protejeze drepturile de autor ale căror titulari sunt cetățenii celeilalte Părți în conformitate cu dispozițiile legale interne și cu convențiile internaționale la care cele două țări sunt parte.

Articolul 10

Cele două Părți vor promova colaborarea activă între reprezentanții și delegațiile lor în cadrul Uniunii Europene, Consiliului European, UNESCO și al altor foruri culturale internaționale.

Articolul 11

Cele două Părți vor sprijini cooperarea directă între agențiile de stiri, instituțiile de radio și de televiziune din țările lor, precum și schimbul de vizite de jurnaliști și reporteri.

Articolul 12

Cele două Părți vor facilita dezvoltarea schimburilor în domeniile turismului, tineretului și sportului, prin intermediul organismelor lor oficiale.

Articolul 13

Pentru îndeplinirea prevederilor prezentului Acord, se va înființa o Comisie Mixtă constituită din reprezentanții celor două Părți, care se va reuni din trei în trei ani, alternativ la București și Lisabona.

Comisia Mixtă va examina periodic aplicarea Acordului, va elabora programele de schimburi în domeniile educației, culturii, științei și tehnicii, și va efectua consultări privind îndeplinirea acestora.

Articolul 14

Toate cheltuielile ocazionate de aplicarea prezentului Acord și a programelor ce vor fi încheiate pentru derularea acestuia se vor asigura conform legislației în vigoare în fiecare țară.

Articolul 15

Problemele privind interpretarea și aplicarea prezentului Acord vor fi soluționate pe cale diplomatică.

Articolul 16

Prezentul Acord va intra în vigoare la data ultimei notificări de îndeplinire a formalităților constituționale cerute pentru aceasta de legislația fiecărei Părți.

Articolul 17

Prezentul Acord nu va putea prejudicia sub nici o formă drepturile și obligațiile rezultând din acorduri bilaterale sau multilaterale existente sau viitoare.

De asemenea, nu va produce efecte asupra drepturilor și obligațiilor Părților derivând din participarea lor la acorduri sau tratate internaționale la care ele ar putea să devină Parte.

Articolul 18

Prezentul Acord este valabil pe o perioadă de cinci ani, începând de la data intrării sale în vigoare, și va fi considerat prelungit în mod automat prin tăcitate reconducție, pe perioade succesive de câte cinci ani, dacă nici una din Părți nu îl denunță, pe canale diplomatice, cu cel puțin douăsprezece luni înainte de data la care expiră fiecare perioadă.

Notificarea denunțării Acordului de către una din Părți nu va afecta în nici un fel executarea integrală a programelor în derulare.

Fiecare din cele două Părți va putea cere în scris revizuirea sau schimbarea în totalitate sau parțial a prezentului Acord.

Orice revizuire sau schimbare convenită de Părți va intra în vigoare la data hotărâtă de acestea.

Articolul 19

La data intrării în vigoare a prezentului Acord își încetează valabilitatea Acordul de colaborare culturală și științifică între Guvernul Republicii Socialiste România și Guvernul Republicii Portugalia, semnat la București, la 6 ianuarie 1975.

Încheiat la București, la 16 Septembrie 1997, în două exemplare originale, în limba portugheză și în limba română, ambele texte având aceeași valoare.

Pentru Republica Portugheză:

José Alberto Rebelo dos Reis Lamego, Secretarul de Stat al Afacerilor Externe și al Cooperării.

Pentru România:

Lazar Comanescu, Secretar de Stat, Ministerul Afacerilor Externe.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Decreto-Lei n.º 94/98

de 15 de Abril

A produção agrícola tem estado sempre sujeita a perdas resultantes dos efeitos de organismos nocivos, nomeadamente pragas, patógenos e infestantes, pelo que as medidas de protecção para as culturas e produtos agrícolas são absolutamente necessárias.

A utilização de produtos fitofarmacêuticos constitui um meio muito importante na protecção das culturas e dos produtos agrícolas e também na melhoria de algumas técnicas que visam a produção. No entanto, a utilização deste tipo de produtos, especialmente se verificada de forma inadequada ou incorrecta, pode traduzir-se em danos ou riscos para as próprias culturas, para o homem, para os animais e para o ambiente em geral nos seus diversos compartimentos.